



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Ceilândia - FCE

GABRIELA NEVES TELES PRIETO

**O ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO DE
TERAPIA OCUPACIONAL**

Brasília – DF
2013

GABRIELA NEVES TELES PRIETO

**O ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA GRADUAÇÃO DE
TERAPIA OCUPACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Universidade de Brasília para a obtenção do
título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof^ª. Daniela da Silva Rodrigues

Discente: Gabriela Neves Teles Prieto

Brasília – DF
2013

PRIETO, Gabriela Neves Teles.

O Ensino da Educação Inclusiva na Graduação de Terapia Ocupacional.
Gabriela Neves Teles Prieto – Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade de
Brasília, Faculdade de Ceilândia, 2013.

Orientadora: Prof^ª Daniela da Silva Rodrigues

1. Currículo. 2. Educação Especial. 3. Educação Inclusiva.
4. Ensino Superior. 5. Terapia Ocupacional.

Gabriela Neves Teles Prieto

O Ensino da Educação Inclusiva na Graduação de Terapia Ocupacional

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Terapia Ocupacional

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª Daniela da Silva Rodrigues
(Orientadora – Membro Interno – FCE - UnB)

Ms. Ana Rita Costa de Souza Lobo Braga
(Terapeuta Ocupacional)

Prof^ª Flávia Mazitelli de Oliveira
(Titular – Membro Interno – FCE - UnB)

Brasília, 10 de Dezembro de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que, como eu, acreditam que juntos o bom humor e a simplicidade se tornam ferramentas importantes para alcançar uma pratica humanizada.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento é difícil não parecer clichê...

Ao agradecer a Deus em primeiro lugar, pois foi possível entender que capacidades pude desenvolver ao longo do percurso, e reconhecer que a Espiritualidade Amiga estava sempre ali, ouvindo milhões de preces, para me levantar, me apoiar e me equilibrar quando as metas pareciam inalcançáveis. Obrigada, pela luz que iluminou meu caminho!

Logo depois é a hora de agradecer aos Pais, que me guiaram e incentivaram, desde sempre e para sempre, a buscar um caminho que pudesse me fazer alguém melhor, e que pudesse fazer o melhor por alguém. Ainda estou aprendendo, mas no futuro poderei fazer e dar a vocês o que for melhor. Obrigada por serem o início, a base e o motivo!

Então vem àquelas pessoas que foram importantes na nossa vida e na construção desse trabalho: como a irmã, que atura, que divide o quarto, que tem que ler o trabalho, que é obrigada a dormir e acordar ouvindo o incessante barulho das teclas do computador. Obrigada por me apoiar, nessa em outras batalhas!

Vale lembrar de agradecer àquele primo, biligüe, meu cúmplice de toda vida! Das tias, revisoras, figurinhas repetidas! Dos pernoites e quitutes oferecidos pela geração mais experiente!

Tem também o namorado, que ainda é obrigado a aguentar o estresse, ajudar no trabalho, assistir inúmeros ensaios da apresentação, perder os encontros e as viagens, e que tem que se contentar com os finais de semana no computador... e ainda amar, dar o colo e abraçar! Obrigada por me entender, me acolher, me completar!

Ainda aparecem os amigos e amigas da faculdade, que num ciclo vicioso assumiam papéis, por hora, de orientador, de revisor, de avaliador, de consolador, de amigos! Que liam e reliam os trabalhos um dos outros, como num ato, quase que desesperado, de ajuda mútua. Além do que, ao passo que o desespero aparecia, também estavam presentes as piadas e risadas, os lanches e as marmitas! Agradeço por vocês sempre estarem no lugar certo, na hora certa, dispostos à tudo para que ninguém ficasse para trás.

E tem também as melhores amigas, que aceitaram meio cabisbaixas, o fato de que os finais de semana pertenciam ao TCC, e que tinham que se contentar com rápidas noites do pijama. Obrigada, por me entenderem, sempre.

Quase por último, mas importantíssimo, agradecer à Orientadora, que me recebeu de braços abertos, no meio do caminho, de mala, cuia e desespero! Agradeço por tudo, e pela forma doce como me recebeu! E desculpe o atropelo...

Por fim agradecer à banca, composta por duas moças importantíssimas no meu processo de formação, que foram minhas professoras, e em alguns momentos, amigas! Obrigada por aceitarem o convite e por contribuírem mais uma vez no meu crescimento!

A todos, família, amado, amigos, e professores, MUITÍSSIMO OBRIGADA! Pela ajuda, pela força, pelo incentivo, pelos ensinamentos e pela paciência!

RESUMO

PRIETO, Gabriela Neves Teles. **O Ensino da Educação Inclusiva na Graduação de Terapia Ocupacional.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Ceilândia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

O Terapeuta Ocupacional busca em sua prática atender o sujeito de acordo com as demandas relacionadas a seu desempenho ocupacional e funcionalidade, nos diferentes contextos que o sujeito está inserido, nesse caso, em todos os eixos que permeiam as demandas relacionadas à Educação. Sendo assim, foi objetivo da presente pesquisa conhecer e evidenciar a presença de conteúdos referentes à temática da Educação na formação acadêmica do Terapeuta Ocupacional. Para isso foram selecionadas 11 Instituições de Ensino Superior, através do uso de ferramentas de organização e sistematização de informações referentes à situação de regulamentação e funcionamento das mesmas, que se encaixavam nos critérios de inclusão: ser instituição de ensino público, que oferecesse o curso de Terapia Ocupacional e pertencente às regiões Centro Oeste e Sudeste do Brasil. Colhendo os dados nos portais eletrônicos dos cursos de Terapia Ocupacional selecionados, foi possível analisar de forma qualitativa e quantitativa os currículos dos cursos, através de pesquisa documental, utilizando a análise de conteúdo baseada em Bardin. A seleção das disciplinas se deu através da interpretação do significado das informações contidas neles. E entre os currículos analisados foram encontradas 60 disciplinas que continham trechos no plano de ensino ou indicavam bibliografias que se relacionavam com a temática de Educação, essas informações foram identificadas através da utilização da ferramenta de localização do navegador, empregando palavras chave descritas na metodologia. Posteriormente à organização e análise das informações colhidas foi possível concluir que as Instituições de Ensino Superior selecionadas de fato oferecem conteúdos sobre atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação, porém o acesso a esses dados ocorre em meio a barreiras que podem dificultar a realização de futuros estudos.

Palavras-chave: Currículo. Educação Especial. Educação Inclusiva. Ensino Superior. Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

The Occupational Therapist seeks in your practice to meet the individual according to the demands related to their occupational performance and functionality in different contexts which the individual is submitted in, specifically in this case, all axes that permeate the demands related to education. Thus, the goal of this research was to acknowledge and reveal the presence of some contents related to the topic of education in the academic formation of the Occupational Therapist. In order to achieve so, 11 institutions of higher education has been selected, with tools of organization and systematization of information regarding their regulatory situation and operation, which fit the inclusion criteria: being a public education institution that offers the course Occupational Therapy and belongs to the Midwest and Southeast regions of Brazil. Gathering data from the academic portal (virtual) of some Occupational Therapy courses selected, it was possible to analyze qualitative and quantitatively the course curriculum, using the content analysis based on Bardin. The selection of subjects was made through the interpretation of the information meaning contained within. Moreover, among these selected, 60 subjects containing excerpts in the teaching plan or that indicated bibliographies relating to the theme of education has been found. These informations were identified by using the research browser tool, using keywords described in the methodology. Subsequently to the organization and the analysis of the data, it was concluded that the higher education institutions selected indeed offer contents about the role of an Occupational Therapist in Education. However, in order to access this data, many obstacles were surpassed, which could, in the future, make any new research hard to be made.

Keywords: Resume. Special Education. Inclusive Education. Higher Education. Occupational Therapy.

LISTA DE SIGLAS

CNE - Conselho Nacional de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEE - Educandos com Necessidades Educacionais Especiais

FMRP - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

IBC - Instituto Benjamin Constant

IES – Instituições de Ensino Superior

IRFJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PcD - Pessoas com Deficiência

PNE - Pessoas com Necessidades Especiais

PNEE - Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais

SEESP - Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

TO - Terapia Ocupacional

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar - Universidades Federais de São Carlos

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UnB - Universidade de Brasília

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Distribuição das universidades federais e estaduais da região Centro Oeste e Sudeste.....	26
Quadro 2: Disciplinas que relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação.....	40
Quadro 3: Disciplinas que possuem referencias bibliográficas que se relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação.....	49
Gráfico 1: Universidades Estaduais e Federais.....	28
Gráfico 2: Cursos oferecidos por Estados.....	28
Gráfico 3: Disciplinas relacionadas à atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação, ofertadas por cada universidade.....	29
Gráfico 4: Relação de Disponibilidade dos Dados.....	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização Histórica	11
1.2 Educação Especial x Educação Inclusiva	13
1.3 A Atuação da Terapia Ocupacional na Educação	18
2 OBJETIVOS.....	22
3 MÉTODO.....	23
3.1 Delineamento.....	23
3.2 Campo da Pesquisa.....	23
3.3 Análise dos Dados.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35
7 APÊNDICE.....	40
7.1 Quadro 2: Disciplinas que relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação.....	40
7.2 Quadro 3: Disciplinas que possuem referencias bibliográficas que se relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação.....	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização Histórica

Enquanto o Brasil ainda era regido pelo Império, no século 19, surgem baseadas em modelos norte-americanos e europeus, instituições que ofereciam atenção dedicada a públicos antes segregados, como por exemplo, o Instituto Benjamin Constant – IBC em 1854, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857. E assim, nos anos seguintes e em estados diferentes foram surgindo mais instituições que agregavam essa população, composta por pessoas que apresentavam deficiências físicas, intelectuais e aqueles que apresentavam sofrimento psíquico (BRASIL, 2007).

A Educação Especial teve seu início ainda dentro dessas Instituições Especializadas, que tinham como objetivo dar asilo e tratamento àqueles sujeitos excluídos da sociedade, em que se descobriu nos internos a capacidade de reconhecer e utilizar técnicas da educação, como a leitura e escrita, por exemplo. Porém, isso não era tido ainda como uma necessidade de escolarização e alfabetização, e sim como mais um tipo de terapia individual ou em grupo que poderia ser utilizada (GLAT e FERNANDES, 2005).

Aproximadamente 3 décadas depois do surgimento dessas instituições de caráter assistencialista, em sua maioria mantidas por instituições religiosas e de saúde, após a proclamação da República em 1889, começam a surgir instituições voltadas para educação, ainda segregada, de pessoas com deficiências físicas e/ou mentais. Ao passo que “a educação especial foi se expandindo, embora de forma extremamente lenta, fenômeno que não se refere somente a ela, mas perpassa toda a educação brasileira” (BUENO, 1993, p. 110).

Somente em 1961 o Estado demonstrou interesses mais concretos em oferecer uma educação “de qualidade” a esse público segregado. Começava a ser moldado pelo Estado, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, o conjunto de direitos dos “excepcionais”, como eram chamados na época, relacionados à educação. Atualmente a seguridade do acesso e permanência de pessoas com deficiência na rede de ensino é garantida pelo Estado desde a infância até a fase adulta (BRASIL, 2007, p. 02).

No Brasil existem diversas produções oficiais que asseguram os direitos das Pessoas com Necessidades Especiais – PNE, entre elas está o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2008b), documento que abrange os deveres e direitos de toda a população de

0 a 18 anos, independente de suas limitações, incluindo aquelas em situação de risco social, vulnerabilidade e com necessidades especiais.

No Capítulo IV do ECA, referente à Educação, o direito à matrícula, permanência, tratamento igualitário e atendimento especial no ensino regular gratuito são garantidos a todos. Comprovado então através do Artigo 54: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: ... III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 2008b, p. 20).

Outro documento referente ao acesso à educação é o Decreto nº 3.298 de 1999 (BRASIL, 1999) que assegura junto a outros deveres do Estado, não só o cumprimento do direito a matrícula, mas também a permanência da criança em sala de aula, independente de sua necessidade especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p. 04-05) relata um evento que gerou grande impacto no Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência - PCD, em que fora acordado a seguridade de um sistema educacional inclusivo que conseguisse perpassar todos os níveis de ensino, construindo ambientes que influenciem de forma positiva nas capacidades acadêmicas e convivência social, proporcionando a participação e inclusão ao adotar iniciativas que garantiriam ao menos dois direitos principais: que a pessoa com deficiência não fosse excluída do sistema educacional por ser deficiente, e que a mesma tivesse acesso ao ensino gratuito de qualidade, igualitariamente aos demais.

Na história do processo de desenvolvimento da Educação Inclusiva ocorreram diversos eventos de cunho sociocientífico e também político, que contavam com a participação de vários países, em que eram discutidos direitos das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - PNEEs, os deveres do governo e também alternativas para a formação de um sistema de educação especial.

Sánchez (2005) cita que entre muitos desses eventos a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca no ano de 1994, gerou discussões e a criação de um Plano de Atuação com a finalidade de nortear mudanças nos sistemas de educação para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. A autora destaca acerca da Declaração de Salamanca os seguintes tópicos de atuação:

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;

- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; e
- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos (SÁNCHEZ, 2005, p. 09).

É possível perceber nesses e em outros documentos oficiais, o desejo de garantir igualdade e equidade nos cenários da Educação relacionados às PNEEs, pois há tempos persistia o entendimento de que a Educação Especial seria indicada para o ingresso de alunos que não conseguiam responder “satisfatoriamente” ao sistema educacional tradicionalmente rígido, que se organizava de forma a segregar a educação comum, denominada anteriormente de educação especial (BRASIL, 2007).

1.2 Educação Especial x Educação Inclusiva

Mesmo que assegurado por leis, decretos, resoluções, entre outros documentos oficiais, o direito de acesso a um modelo educacional que atenda alunos e suas necessidades especiais ainda passa por discussões ao que se refere à terminologia adequada. Então como diferenciar Educação Especial de Educação Inclusiva?

Segundo Glat e Fernandes (2005, p.01), “A Educação Especial se constituiu originalmente como campo de saber e área de atuação a partir de um modelo médico ou clínico”, ou seja, um sistema educacional que fora moldado por profissionais clínicos que conseguiram identificar a necessidade de escolarização de alguns pacientes encontrados nos hospitais psiquiátricos. Fernandes (1999), afirma que a pessoa com deficiência era classificada como um doente crônico, e que as atividades e atendimentos desenvolvidos com esses pacientes eram considerados terapêuticos, mesmo que contemplassem métodos educacionais. Essas práticas tinham como objetivo a avaliação através de exames e testes, a cerca da possibilidade de classificar, de forma etiológica, graus de inteligência dos pacientes.

No Brasil, durante a década de 70, com a descoberta e comprovação da capacidade de aprendizagem desses pacientes, o foco muda da deficiência, como algo incapacitante, para as incapacidades do meio ao proporcionar oportunidades que pudessem promover a aprendizagem e o desenvolvimento desses novos alunos, referindo-se aos processos educacionais. Mesmo com avanços tão significativos, o modelo educacional não conseguiu

garantir o ingresso de educandos com necessidades especiais, ao modo que esse sistema de Educação Especial se configurava como um serviço paralelo, ou seja, ainda influenciado pelo modelo clínico, que enfatizava a deficiência e não as capacidades, funcionando como uma forma de preparo do estudante para que este consiga ingressar na rede de ensino em classes diferenciadas assim que o avaliarem capaz, e aqueles que não conseguiam atingir as expectativas continuavam frequentando instituições especializadas e segregadoras. Sendo assim a Educação Especial passou a ser um recurso que preparava alunos com deficiências para ingressarem no ensino regular e acolhia permanentemente aqueles com deficiências mais graves que não conseguiriam acompanhar o sistema regular de ensino (GLAT e FERNANDES, 2005, p.03).

E a Educação Inclusiva? Segundo Sánchez (2005, p. 12) Educação Inclusiva é uma proposta pedagógica que busca assegurar serviços e recursos voltados ao atendimento das dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional regular, não somente tornando-o “educável”, mas também incluindo-o e integrando-o no meio educacional e social de forma satisfatória.

O documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (BRASIL, 2004), garante que existem diferenças, baseadas nas legislações relacionadas ao ensino e PNEEs, entre educação especial e educação inclusiva, em que ambas são garantidas por lei, porém possuem objetivos e abrangências diferentes. Discussões sobre as terminologias ainda persistem como essa apresentada em uma Emenda Constitucional:

Outra situação da LDBEN que merece atenção é o fato de não se referir, nos artigos 58 e seguintes, a atendimento educacional especializado, mas à Educação Especial. Esses termos, atendimento educacional especializado e Educação Especial, para a Constituição Federal não são sinônimos. Se nosso legislador constituinte quisesse referir-se à Educação Especial, ou seja, ao mesmo tipo de atendimento que vinha sendo prestado às pessoas com deficiência antes de 1988, teria repetido essa expressão que constava na Emenda Constitucional nº 01, de 1969, no Capítulo: Do Direito à Ordem Econômica e Social. (BRASÍL, 2004, p. 10).

Sendo assim, os próprios termos utilizados para nomear os tipos de Educação se diferenciam em seus significados. Classificando como um sistema de Educação Especial, de acordo com Sacconi (1998) a palavra Especial no dicionário tem os seguintes significados: “1. Fora do comum (...). 2. Destinado a ocasião, pessoa ou fim particular. Diferente do comum; único. 3.” (SACCONI, 1998, p. 300). No caso de uma educação que promova Inclusão, o significado muda evidentemente: “Incluir: 1. Compreender. (...). 4. Relacionar. 5. Inserir,

introduzir” (SACCONI, 1998, p. 388), de forma que algo Especial não tem o mesmo significado, e nem a mesma função de algo que inclui, ainda mais se tratando de educação.

Ao reconhecer a necessidade de realizar mudanças no sistema educacional foi possível ao Estado direcionar sua atuação em torno da educação ampliando o acesso, através da universalização do ensino, favorecendo as condições necessárias para a aprendizagem, não só de conteúdos, mas do exercício da cidadania (BRASIL, 2008a).

A inclusão escolar está inserida em um movimento mundial denominado inclusão social que tem como objetivo efetivar a equiparação de oportunidade para todos, inclusive para os indivíduos que, devido às condições econômicas, culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídos da sociedade. Para tanto, tal movimento pressupõe a construção de uma sociedade democrática, na qual todos possam exercer a sua cidadania e na qual exista respeito à diversidade. (BRASIL, 2008a, p. 06).

Glat e Fernandes (2005, p. 04) afirmam que esse modelo de educação inclusivo ainda está em desenvolvimento e que as instituições de ensino regular necessitam de mudanças para que consigam atender as demandas dos Educandos com Necessidades Educacionais Especiais - ENEE, e cita um trecho publicado em 1998, pelo Ministério da Educação pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sobre os processos de adaptação do sistema educacional: “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC-SEESP, 1998 *apud* GLATS e FERNANDES, 2005, p. 04-05).

As instituições de ensino regular devem se adequar, para que uma escola seja considerada inclusiva, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b) a instituição deve construir um novo projeto político-pedagógico que favoreça o desenvolvimento da criança, utilizando práticas educacionais diferenciadas que proporcionem a inclusão social e a aprendizagem. Porém, essas instituições necessitam de adequação não só de forma técnica, mas também adequando seus espaços físicos e materiais e tornando-os acessíveis a todos, através da “eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações” (BRASIL, 2001b, p. 16).

O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (DISCHINGER, ELY, e BORGES, 2009) ressalta a importância de transformar os espaços para que sejam acessíveis e

possibilitem a participação de todos, promovendo espaços comuns e que proporcionem interação social de qualidade, assim como no trecho citado abaixo:

Ambientes escolares inclusivos devem possibilitar não só o acesso físico, como permitir a participação nas diversas atividades escolares para todos – alunos, professores, familiares e também funcionários da escola. As características dos espaços escolares e do mobiliário podem aumentar as dificuldades para a realização de atividades, o que leva a situações de exclusão. (DISCHINGER, ELY, e BORGES, 2009, p. 15).

O fato é que incluir alguém no ambiente escolar, não requer mudanças só no âmbito pedagógico, pois um ensino de qualidade, que é capaz de entender e atender as necessidades especiais dos alunos é organizado de tal maneira que sua infraestrutura física e operacional sejam compatíveis com a capacidade de acolher de forma positiva as necessidades dos sujeitos (DISCHINGER, ELY, e BORGES, 2009, p. 09).

Sendo assim, a instituição necessita de mudanças e adaptações em todas as partes que a compõe, partindo das adequações na estrutura física, capacitação dos educadores e demais servidores, adoção de métodos e conteúdos que busquem informar e incluir, até mesmo a participação de profissionais especializados, como por exemplo; psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros. Afinal, para que a escola, como um todo, consiga atender as demandas é necessário que a mesma entenda que para a inclusão acontecer de fato, é preciso reconhecer que existem diferenças e necessidades específicas de cada um a serem atendidas (BRASIL, 2001b, p. 15).

Estando ainda em construção, o sistema educacional inclusivo, se depara com barreiras relacionadas a diversos fatores, Alves e Matsukura (2012, p. 391) mencionam alguns e concluem que:

Alguns desafios ainda permeiam esse contexto, como a ausência do trabalho conjunto entre educação especial, professor, equipe de reabilitação, administradores, aluno e família, como tem apontado a literatura. Portanto, nota-se que as práticas que valorizam e aliam os potenciais de seus participantes, como a implementação de trabalho em equipe, a participação de equipes itinerantes no suporte escolar e a capacitação dos profissionais envolvidos, podem mostrar bons resultados nesse contexto. (ALVES e MATSUKURA, 2012, p.391).

Nesse processo de mudança e reposicionamento da educação, que atualmente deve ser inclusiva, a mesma começa a se definir como atenção transversal, em que o atendimento educacional pretende se tornar especializado, tendo a oportunidade de receber apoio seguro

pelo estado de outros profissionais, como um recurso a ser usado para suprir, completar e suplementar as “novas” demandas do novo sistema de ensino. O movimento de inclusão tem crescido muito, e pode agregar os mais diferentes campos de atuação, incentivando o trabalho em conjunto e focando na realização de ações inclusivas, que atendam os diferentes sujeitos da melhor forma (BRASIL, 2007).

Todas essas mudanças e adaptações são previstas e asseguradas por lei, como por exemplo, no Decreto N° 3.298 de dezembro de 1999, no. 29º Artigo, o qual prevê que as escolas e instituições de educação profissional deverão oferecer serviços que consigam apoiar e atender, de forma especializada, às necessidades e particularidades, tais como (BRASIL, 1999):

- I - adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;
- II - capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e
- III - adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação. (BRASIL, 1999).

A inserção e o suporte de profissionais da área da saúde na Educação Inclusiva estão presentes em documentos legais como a Resolução nº 2 de 2001 (BRASIL, 2001a, p. 03-04), quando se refere ao papel dos demais profissionais em congruência com a escola inclusiva, como também na recente Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p. 08).

Bueno (1999) destaca que por mais emergenciais que sejam as mudanças nos sistemas e sujeitos que atuam na escola, essas adaptações apresentam desde cunho político quanto propriamente educacional, mas alerta que é necessário tempo:

Mas a consecução do princípio da educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará simplesmente por decreto, sem que se avalie as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças com necessidades educativas especiais nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa por ser necessário que tanto os sistemas de Educação Especial como os de ensino regular possam ir se adequando à nova ordem, construindo práticas políticas, institucionais e pedagógicas que garantam o incremento da qualidade do ensino que envolve não só os alunos com necessidades educativas especiais, mas todo o alunado do ensino regular. (BUENO, 1999, p. 12)

Com tantos afazeres e tantas responsabilidades a serem divididas para se alcançar um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário se adaptar não só a presença e necessidade de

algum educando, mas sim estar pronto para atuar da melhor forma possível. Cabe ao profissional se preparar adequadamente para esse processo, de forma que se torne parte de uma rede de apoio à Educação Inclusiva, composta pelos alunos, seus familiares, a comunidades, os educadores e os profissionais especializados (RENDERS, 2010).

1.3 A Atuação da Terapia Ocupacional na Educação

Entre os profissionais que dão apoio às instituições educacionais estão os terapeutas ocupacionais, psicólogos, fisioterapeutas e enfermeiros, que podem oferecer diversos níveis de atuação a fim de promover o desenvolvimento do educando, buscando o envolvimento da família e da comunidade, adequação dos demais profissionais e da instituição em si (GLAT, 2007, p. 168-169).

O surgimento da Terapia Ocupacional (TO) no âmbito da educação no Brasil se iniciou com a participação de profissionais em Escolas Especiais, e segundo Rocha *apud* Lourenço e Cid (2010) sua atuação por vezes se configurava como clínica:

(...) a inserção do terapeuta ocupacional na educação inclusiva no país se deu por meio da atuação direta com a Educação Especial, em escolas e classes especiais dirigidas a populações específicas, muitas vezes como uma extensão do atendimento oferecido em serviços de reabilitação. Com o advento da proposta de educação inclusiva, o terapeuta ocupacional teve que redirecionar o seu contexto e forma de trabalho para além de uma visão meramente reabilitacional. (ROCHA *apud* LOURENÇO e CID, 2010, p. 170).

Na perspectiva de Rocha, Luiz e Zulian (2003) a atuação do Terapeuta Ocupacional na educação não é clínica, nem voltada apenas para a inclusão de alunos com deficiência, tão pouco para eleger o que está certo ou errado na atuação dos educadores, mas sim para desenvolver um trabalho que una os profissionais da escola, os pais, os alunos e a comunidade, para que juntos possam atuar como facilitadores na identificação das dificuldades e posteriormente sanando as necessidades.

Ainda para os mesmos autores a atuação do Terapeuta Ocupacional é diferenciada no âmbito escolar e ressaltam que seu trabalho é realizado em conjunto, com os educandos e educadores, e citam algumas de suas competências:

Ações objetivas no espaço escolar são necessárias e possíveis, tais como a eliminação das barreiras arquitetônicas; o acesso fácil aos equipamentos, ao mobiliário e ao material pedagógico/escolar adaptado; a capacitação dos educadores em relação aos tipos de dificuldades geradas pelas diferentes

deficiências e a introdução de novas formas de participação, em diferentes atividades (ROCHA, LUIZ e ZULIAN, 2003, p. 76).

O enfrentamento dessas barreiras sociais e físicas deve ser feito de forma coletiva e também individual, valorizando e ressaltando as capacidades de cada um e de um todo. A TO atuante na Educação possui maneiras diferentes de ação, por contemplar várias esferas de atuação, trabalhando com o sujeito de forma biopsicossocial.

Rocha (2007) detalha um pouco mais a atuação do Terapeuta Ocupacional no âmbito escolar, que possibilita transitar entre os aspectos biopsicossociais, não só no atendimento ao educando, mas também dando apoio aos educadores e reforçando a estrutura tecno-científica da rede de ensino. Para o autor (2007, p. 125-26):

Como ações da Terapia Ocupacional propõem reuniões com os educadores para a discussão de temas relativos à presença do estudante (...) no contexto escolar através de oficinas, de palestras, de atividades psicodramáticas, entre outras possibilidades de construção de diálogos e trocas (...), elaboração de material teórico de apoio aos professores, a socialização de conhecimentos específicos que permitam o reconhecimento das crianças (...) e de suas necessidades, a construção e/ou sugestão de encaminhamentos para serviços de saúde e de reabilitação (...) subsidiar a inserção daqueles que tem deficiência nas escolas, através de tecnologias específicas que facilitem o deslocamento e acesso aos diferentes espaços, a adequação do material didático de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, a adaptação das atividades escolares e a participação nas diferentes atividades educacionais (...) elaboração de adaptações, de dispositivos tecnológicos, facilitadores do processo educacional como material de leitura e escrita, equipamentos e/ou materiais de auxílio nas atividades de higiene, de alimentação, lúdicas e esportivas, entre outras. (ROCHA, 2007, p. 125-26).

O modo como o Terapeuta Ocupacional atua na Educação Inclusiva pode estar ligado ao fato de que o mesmo, em sua formação acadêmica ou especialista, tenha tido acesso a conteúdos e técnicas que evoluem a Educação Inclusiva, e que o permitem atuar com excelência nesse contexto. Assim como afirmam Lourenço e Cid (2010):

(...) à importância de os profissionais, ainda no processo de formação inicial, terem contato com as questões referentes à educação inclusiva, principalmente quanto às possibilidades de atuação a partir da educação infantil. Apontamos que esta questão – referente à formação do profissional terapeuta ocupacional – continue sendo discutida e investigada, e que mais estudos abordem a prática do profissional terapeuta ocupacional nas instituições de educação (...). (LOURENÇO e CID, 2010, p. 177).

As autoras alegam também que é necessário desenvolver não só a formação acadêmica, mas também as práticas profissionais do Terapeuta Ocupacional frente seu ingresso na Educação Inclusiva (LOURENÇO e CID, 2010, p. 177).

Ainda focando na formação acadêmica, vale salientar que a formação profissional de Terapeutas Ocupacionais no âmbito nacional se iniciou entre 1950/1960 nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Anteriormente à criação dos cursos já era reconhecida a atuação de Terapeutas Ocupacionais em instituições de Saúde. Essa formação inicial buscava criar profissionais capacitados para propor objetivos e técnicas terapêuticas baseadas na patologia e nas especialidades médicas associadas (GUIMARÃES e FALCÃO, 2004).

Lancman (1998) já discorria acerca da formação acadêmica do Terapeuta Ocupacional citando o quão importante é a participação dos docentes do próprio curso no processo de evolução curricular, ou seja, o modo como a formação acadêmica acompanha as mudanças e necessidades, oferecendo novos conhecimentos, incentivando novas práticas e consequentemente ajudando a desenvolver novas áreas de atuação.

As profissões são diferenciadas pelo conjunto de características funcionais que possuem, assim são organizadas de forma hierárquica e também pelo grau de necessidade que possuem perante o sistema e a população. Sendo assim, cabe ao profissional, nesse caso ao Terapeuta Ocupacional, se inserir no mercado de trabalho em que sua atuação seja necessária. A autora diz ainda que o poder que a profissão pode exercer está atrelado ao tipo da clientela que atende, e sendo a TO uma profissão essencialmente reabilitadora e a clientela em sua maioria composta pela classe excluída socialmente, se faz necessário um esforço maior para alcançar todo o território que a TO conseguiria ocupar utilizando sua prática. (LANCMAN, 1998, p. 52 - 53).

Ao passo que, a abertura e inserção em campos de atuação, a realização e o conhecimento das práticas da profissão estão diretamente ligados ao modo como a formação acadêmica e seu currículo se desenvolvem e acompanham as demandas da sociedade.

Documentos como a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE 6 de 2002 (BRASIL, 2002), o material de formação docente Educar na Diversidade (DUK, 2005), a Portaria n.º 1793/94 do MEC (BRASIL, 1994), recomendam a inclusão de disciplinas, conteúdos e práticas que trabalhem a Educação Especial e Inclusiva, tanto na formação dos cursos de licenciatura quanto em cursos da área da Saúde que atuem juntamente na educação.

Sendo assim, entender e identificar de que maneira a formação acadêmica e a inserção da TO, como profissão, tem relação com a demanda emergencial do processo de adequação

do Sistema Educacional para que seja Inclusivo, é de extrema importância, dado o fato de existirem poucas publicações ao que se refere à adequação curricular da TO em relação às práticas de educação. Nessa ótica, ao buscar conteúdos referentes à Educação Especial e Inclusiva na formação acadêmica de TO seria possível quantificar o quanto dessa demanda conseguiu se transformar em área de atuação e conteúdo oferecido na formação dos profissionais.

2 OBJETIVOS

Focando nos processos evolutivos do currículo e da formação acadêmica do Terapeuta Ocupacional, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar e quantificar a existência de disciplinas que abordem a atuação da Terapia Ocupacional (TO) na Educação.

MÉTODO

3.1 Delineamento

Raupp e Beuren (2006) discorrem a respeito da pesquisa exploratória e afirmam que essa metodologia é o primeiro passo no campo científico, em que se explora um objeto ainda pouco analisado, atribuindo a esse, mais conceitos, incorporando características diferentes, buscando novas dimensões de conhecimento ainda não definidas, com a finalidade de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema. Nesse caso, conhecer a formação dos currículos de Terapia Ocupacional (TO), ao que se refere à presença de disciplinas referentes à atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação.

A presente pesquisa, que tem como objeto de análise, documentos, ou seja, dados secundários e de alcance público. Gil (2008) diz que a pesquisa documental é caracterizada pelo uso de materiais pouco analisados. Para a realização desse tipo de pesquisa se faz necessária à identificação, tratamento e interpretação dos dados encontrados nos documentos, ainda de forma bruta, acarretando na atribuição de algum sentido e valor, e possibilitando de serem reelaborados de acordo com os objetivos do estudo.

Explorar documentos secundários, nesse caso, os planos de ensino disponíveis nos sites de cada Instituição de Ensino Superior (IES), que são documentos ainda pouco trabalhados, acabam por oferecer diferentes tipos de análise. Os dados serão analisados de forma quali-quantitativamente, através da organização das informações descritas em quadros, empregando instrumentos que possibilitem quantificar e apresentar de forma estatística ou por frequência os dados, ao empenho de representar numericamente, ou seja, através da medição objetiva dos dados (ZANELLAN, 2009). Mas também, como menciona Rocha e Deusdará (2005), fazer uma interpretação dos significados dos textos com base em uma observação cuidadosa, sistematizando e conferindo com maior objetividade a pesquisa com textos, ou seja, fornecer técnicas precisas e objetivas que sejam suficientes para garantir a descoberta do verdadeiro significado dos conteúdos dos estudos científicos.

3.2 Campo da Pesquisa

A pesquisa se iniciou a partir da seleção de Cursos de TO, oferecidos por Instituições de Ensino Superior Federais e Estaduais (IES) das Regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil,

utilizando sites de busca, uma ferramenta do Ministério da Educação que apresenta a condição atual das IES e dos cursos oferecidos por elas e através de um Catálogo que contém informações sobre todos os cursos de TO na América Latina. Em contato com os endereços eletrônicos de cada curso selecionado, foi possível identificar e organizar as instituições de forma a categorizar seus dados por região a que pertencem o tipo de instituição, estadual ou federal, ano de criação do curso, duração do curso e seus endereços eletrônicos, apresentados em forma de quadro.

Em seguida foi realizada a busca online nos sites das IES selecionadas a disposição dos currículos de TO e seus planos de ensino. Acessando o plano de ensino de cada disciplina ofertada, foi utilizada a ferramenta de filtro de busca do navegador, usando os seguintes termos: educação especial, educação inclusiva, inclusão escolar, escola, educação, ensino, aluno, professor, educador e deficiência. Caso alguma dessas palavras fossem encontradas, o plano de ensino da disciplina era lido e posteriormente registrado, conforme dados apresentados nas disciplinas relacionadas à atuação da TO na Educação. As informações correspondentes ao nome da instituição, o nome da disciplina, parte do plano de ensino em que está presente a temática sobre Educação e seu endereço eletrônico. As demais disciplinas que não continham esses termos em nenhuma parte de seu plano de ensino ou bibliografia foram excluídas do estudo.

Critério de inclusão: Cursos de Terapia Ocupacional, oferecidos por IES Federais ou Estaduais, das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Seleção de disciplinas que contenham no título, no plano de ensino ou nas referências bibliográficas, palavras-chave que façam referência à atuação Terapia Ocupacional na Educação.

Critério de exclusão: Cursos oferecidos por IES privadas, que não pertençam ao território delimitado. Disciplinas que não façam referência à atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação.

3.3 Análise dos Dados

Focando em uma abordagem quali-quantitativa, e utilizando o método de Análise de Conteúdo baseado em Bardin, iniciou-se o processo de construção do estudo partindo da organização das ideias centrais e dos objetivos, nesse caso apontar a presença de disciplinas que fazem referência à atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação dispostas nos endereços eletrônicos das Instituições de Ensino Superior (IES). Feita a catalogação dessas

informações e materiais, esperou-se encontrar, dado o cenário de inadequação dos conteúdos do Ensino Superior à Educação Especial/Inclusiva, poucas disciplinas que abrangiam a temática em questão. Essa etapa é nomeada como Pré-Análise por Bardin *apud* Farago e Fofonca (2012), e geralmente se caracteriza pelo contato inicial com os documentos utilizando um tipo de leitura denominado por Gil (2008) como flutuante, ou seja, conferir rapidamente se o material selecionado corresponde aos requisitos de inclusão.

A segunda fase é denominada de Exploratória, e consiste na sistematização dos dados, que corresponde à escolha das IES, à enumeração das disciplinas e em sua classificação baseada na quantidade de matérias oferecidas por cada IES (GIL, 2008, p. 153-154; FARAGO e FOFONCA, 2012, p. 04). Uma fase do estudo que liga a segunda etapa à terceira, é a fase de descrição dos dados, que são apresentados em forma de quadros, e posteriormente à análise, em forma de gráficos e frequências (MORAES, 1999).

Após a descrição ocorreu computação dos dados de forma numérica, gerando percentuais e frequências referentes aos valores das informações (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011). Ou seja, conseguindo apontar as disciplinas oferecidas por cada curso é possível traçar um panorama simples ao que se refere à adequação dos currículos de TO nas IES selecionadas, categorizando os dados de acordo com a interpretação, conteúdo e inferência que o processamento oferece.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *Catálogo Latinoamericano De Asociaciones Carreras Y Postgrados De Terapia Ocupacional*, publicado em 2012 (PALM, 2012), identifica no Brasil cerca de 49 cursos de Terapia Ocupacional (TO) em funcionamento. Na totalidade desses cursos, 48% pertencem ao ensino público e 52% a instituições privadas.

O território geográfico selecionado para o estudo comporta as regiões com o maior e o menor número de cursos de TO, respectivamente, Sudeste com 17 cursos, distribuídos entre os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e a região Centro-Oeste com apenas um curso, oferecido no Distrito Federal (PALM, 2012, p. 72-73).

Não só o Catálogo foi utilizado para identificar quais Instituições de Ensino Superior (IES) oferecerem o curso de TO no Brasil, mas também a ferramenta e-MEC criada pelo Ministério da Educação, que consiste em um sistema de registro das informações de funcionamento e regulamentação de instituições de ensino superior e dos cursos por elas oferecidos (BRASIL, 2013).

Comparando as informações trazidas no Catálogo, no sistema e-MEC e do contato via email com as instituições, foi possível perceber que ainda são expostas informações incorretas e desatualizadas sobre a existência e funcionamento dos cursos de TO.

Partindo para a seleção das IES, foi possível identificar e quantificar as Instituições Federais e Estaduais do território demarcado, selecionando aquelas que oferecem o curso de TO. Nesse estágio foi possível traçar um pequeno panorama dos cursos, detalhado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Distribuição das Instituições de Ensino Superior federais e estaduais da região Centro Oeste e Sudeste. Fonte: Autora.

Nº	Universidade	Tipo de Instituição	Cidade e Estado	Ano de criação do Curso	Duração do Curso	Endereço Eletrônico
1	Universidade de Brasília – UnB	Federal	Ceilândia - DF	2008	4 anos	http://fce.unb.br/index.php/terapia-ocupacional
2	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Federal	Vitória - ES	2009	5 anos	http://www.terapiaocupacional.ufes.br/
3	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Federal	Belo Horizonte – MG	1979	4 anos	http://www.eef.ufmg.br/eefftto/index.php?op=curso&curso=3
4	Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Federal	Uberaba - MG	2006	4 anos	http://www.uftm.edu.br/paginas/curso/cod/863/t/TERAPIA+OCUPACIONAL
5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IRFJ	Federal	Rio de Janeiro – RJ	2009	4 anos	http://www.ifrj.edu.br/node/167
6	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Federal	Rio de Janeiro – RJ	2009	4 anos	http://www.medicina.ufrj.br/to/colchoes.php?id_colchao=253
7	Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Federal	São Carlos – SP	1978	5 anos	http://www.dto.ufscar.br/graduacao
8	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	Federal	Santos – SP	2006	4 anos	http://www.unifesp.br/prograd/portal/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=100064
9	Universidade Estadual Paulista – UNESP	Estadual	Marília - SP	2003	4 anos	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/terapia-ocupacional/
10	Universidade de São Paulo – USP	Estadual	São Paulo - SP	-----	4 anos	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codeg=5&codcur=5072&codhab=0&tipo=N
11	Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/USP	Estadual	Ribeirão Preto – SP	2002	5 anos	http://www.fmrp.usp.br/site-graduacao/graduacao/cursos-oferecidos-pela-fmrp/terapia-ocupacional/

Houve dificuldade apenas para conseguir acessar informações referentes ao ano de criação do curso de TO na Universidade de São Paulo – USP, mesmo entrando em contato via email com o portal de acesso eletrônico, as informações não foram disponibilizadas.

Foram encontrados 11 cursos, sendo 8 (72,72%) oferecidos por instituições Federais e 3 (27,27%) por instituições Estaduais (Gráfico 1). Se organizadas as regiões por quantidade de cursos oferecidos, segundo o Quadro 1 apresentado anteriormente.

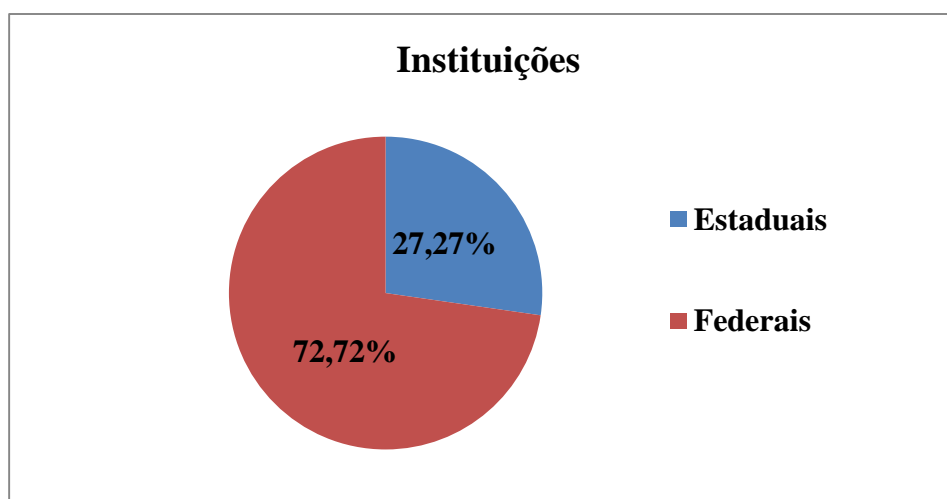


Gráfico 1: Universidades Estaduais e Federais. Fonte: Autora.

A concentração de IES Estaduais se limita ao estado de São Paulo (n=5; 45,45%), que também oferece o maior número de cursos de TO, seguido respectivamente pelos estados de Rio de Janeiro (n=2; 18,18%), Minas Gerais (n=2; 18,18%), Espírito Santo (n=1; 9,09%) e Distrito Federal (n=1; 9,09%) que oferecem apenas um curso (Gráfico 2).

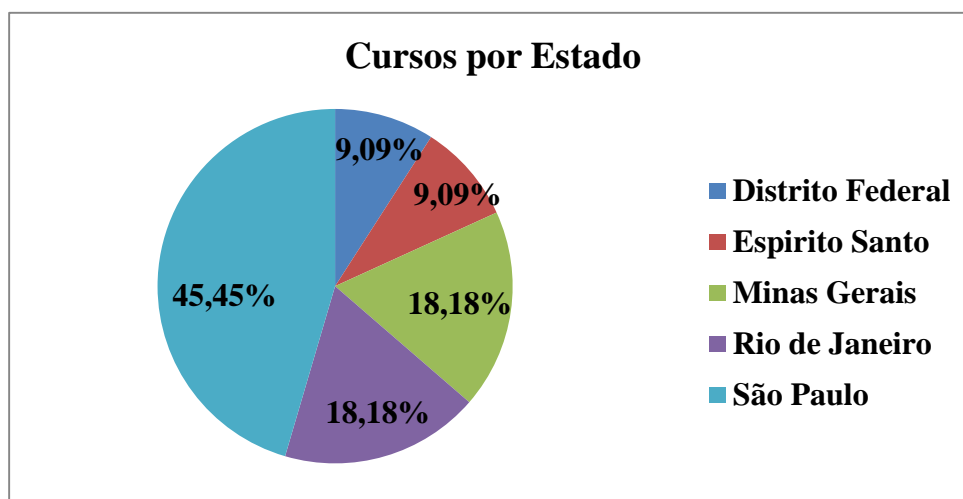


Gráfico 2: Cursos oferecidos por Estados. Fonte: autora.

A etapa seguinte consistiu na exploração dos portais de cada curso, buscando em seus currículos as disciplinas ofertadas que fazem parte da grade curricular, os planos de ensino e as bibliografias indicadas.

Para a construção do Gráfico 3 a seguir, baseado nos Quadros 2 e 3, presentes no Apêndice, foi necessária leitura e análise de cada disciplina ofertada, com o objetivo de identificar quais trechos do plano de ensino e bibliografias recomendadas referiam-se à temática da Educação. Para auxiliar na leitura desses dados foi utilizada a ferramenta de busca do navegador, empregando palavras chave já descritas na metodologia.

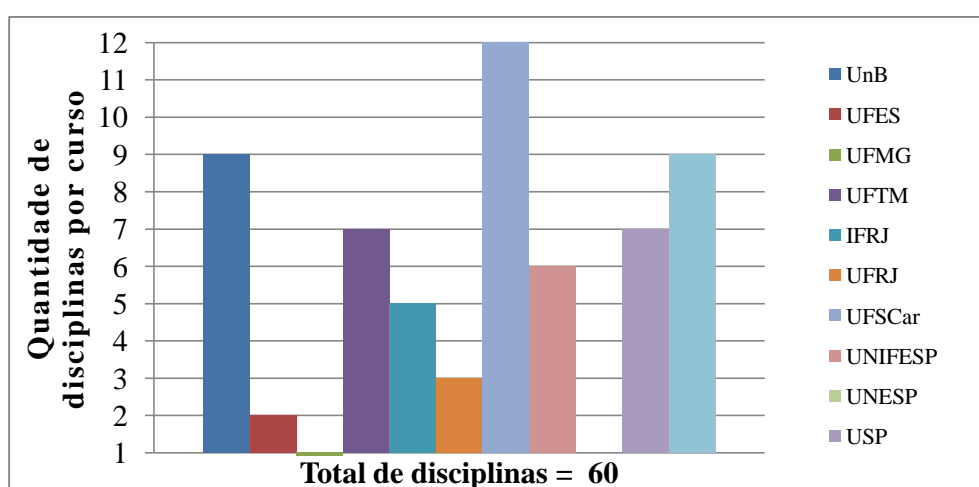


Gráfico 3: Disciplinas relacionadas à atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação, ofertadas por cada universidade. Fonte: autora.

De acordo com o Gráfico 3, o curso que oferece o maior número de disciplinas que façam referência ao conteúdo de Educação é o oferecido pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, com um total de 12 disciplinas. E o curso que disponibilizou menos informações de acordo com os critérios descritos na metodologia é o da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, não apresentando título relacionado à Educação e não disponibilizando a ementa e bibliografia. Já o curso de TO da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP apresentou apenas uma disciplina em que o título correspondeu aos critérios de inclusão, porém sem ementa ou bibliografia disponíveis.

A construção dos Quadros 2 e 3, presentes no Apêndice, possibilitou diferenciar o modo como a disciplina oferecida faz relação com a Educação, tanto por meio de identificação de trechos relacionados ao plano de ensino e títulos da disciplina, quanto através da indicação de referências bibliográficas associadas à temática em questão. Com esses

registros pode-se criar o Gráfico 4, que corresponde a quantificação da presença dos dados referentes às 60 disciplinas encontradas entre todos os cursos, obrigatórias e optativas.

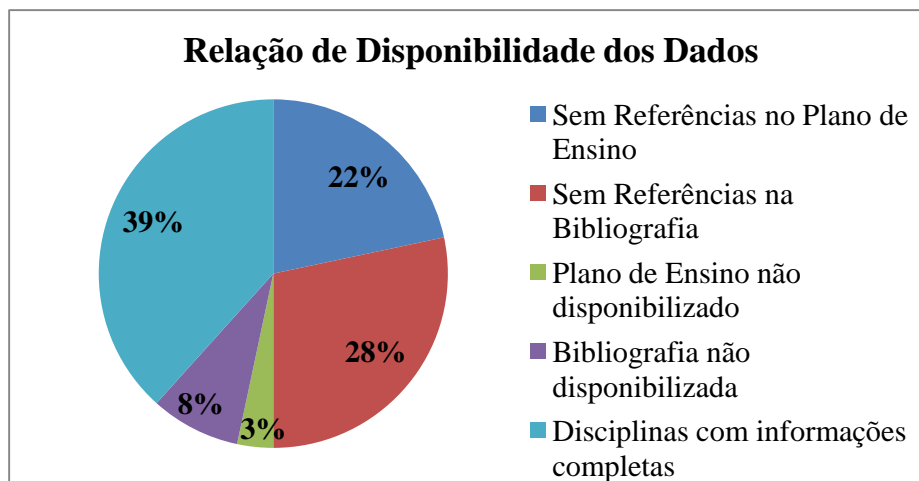


Gráfico 4: Relação de Disponibilidade dos Dados. Fonte: autora.

Entre os cursos selecionados, o oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, que correspondem a 18% do total de cursos, não disponibilizaram o plano de ensino e nem a bibliografia recomendada, somente o nome das disciplinas ofertadas.

Foi possível identificar também cursos que disponibilizaram o plano de ensino, mas não listaram em nenhuma disciplina a bibliografia recomendada, estes são: a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. O que corresponde a 18% dos cursos oferecidos.

Sendo assim, o restante dos cursos, somam 7 IES, apresentavam plano de ensino contendo ementa e bibliografia recomendada, correspondendo à 64%, essas são: UnB; UFES; UFTM; IFRJ; UFSCar; USP e FMRP/USP.

Baseado na pesquisa documental realizada através da análise dos planos de ensino, foi possível perceber que ainda não existe um consenso quanto ao formato de organização e disposição das informações acerca das disciplinas ofertadas.

Determinados dados não foram encontrados nos portais, nem disponibilizados posteriormente ao contato com os endereços eletrônicos disponíveis dos coordenadores de alguns cursos, assim como em contato diretamente com o portal. O contato via email também foi dificultado, pois alguns portais não disponibilizam o perfil dos coordenadores e docentes

dos cursos, em outro estavam disponíveis informações desatualizadas sobre as coordenações dos cursos. Vale ressaltar que emails enviados para alguns contatos não foram respondidos.

Outro fator que dificultou o acesso aos planos de ensino foi que as IES apresentavam as informações de maneiras diferentes, algumas no próprio portal do departamento, outras em sistemas de matrícula que só poderiam ser acessados por usuários cadastrados.

De posse de todas essas informações, retomando o foco na formação profissional do TO e na organização curricular dos cursos, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) afirma o quão importante é a organização das instituições de ensino superior ao buscar adequar sua estrutura curricular para atender e se fazer entender como lidar com a diversidade e a especificidade de cada sujeito, ao que se refere à Educação como um todo.

Essa adequação pode ter como incentivo à criação e oferecimento de disciplinas que abordem a Educação Inclusiva/Especial, assim como recomenda a Portaria n.º 1793/94 do MEC (BRASIL, 1994), que sugere a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, principalmente para os cursos de Licenciatura e Ciências da Saúde.

Em uma pesquisa realizada em 2001, o Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional – CCTO da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG elencou algumas justificativas para a reformulação dos currículos dos cursos, entre essas estão:

(...) necessidade de atender às novas tendências teórico-práticas da formação do terapeuta ocupacional;
fragilidade do perfil do profissional, faltando ênfase e aprofundamento em conteúdos específicos de Terapia Ocupacional; (...) organização curricular com ênfase na atenção secundária e terciária à saúde, fazendo-se necessária a inclusão de experiências e conteúdos relacionados, sobretudo, à promoção e atenção primária à saúde; (...) oferta restritiva e pouco diversificada de disciplinas optativas. (PPTO, 2008, p. 09)

A inserção da Educação Inclusiva/Especial no ensino superior se concretiza através do desenvolvimento de ações que favoreçam a participação do corpo docente e discente, resultando na modificação dos serviços oferecidos, construindo, trabalhando e promovendo a acessibilidade dos espaços da universidade não só de forma arquitetônica, mas também acompanhando essas mudanças de forma didática (BRASIL, 2007, p. 11).

Nesse processo de mudanças no ensino superior, o acompanhamento do currículo acadêmico é de grande importância, pois é necessário que o mesmo possua conteúdos

indispensáveis ao desenvolvimento das competências determinadas para o exercício profissional. A eleição dos conteúdos a serem incluídos nos currículos deve levar em consideração a sua relevância profissional. Essas mudanças curriculares possuem dimensões distintas: nos conhecimentos teóricos, conceituais; práticos e atitudinais, baseados em suas atuações profissionais (BRASIL, 2000).

Drummond e Rodrigues (2004), dizem que a organização curricular deve ser compatível com os conhecimentos necessários para evolução da profissão, ao considerar o quão exigente é o processo de formação, para que atenda o crescente desenvolvimento da produção de saberes, relevando necessidades presentes nas demandas sociais e nos processos de ensino e aprendizagem que permeiam a formação.

Essas mudanças curriculares visam preparar os profissionais para realizar escolhas pedagógicas e didáticas, que se iniciem na compreensão da singularidade da formação discente multidisciplinar, “conceber, executar e avaliar projetos e ações didáticas interdisciplinares, a partir da compreensão entre as articulações das diferentes áreas de conhecimentos” (BRASIL, 2000, p. 70-71). De acordo com Drummond e Rodrigues (2004):

“No que se refere à organização curricular, a qualidade da formação profissional está relacionada com a compreensão, pelos docentes, do eixo curricular pretendido sustentado na caracterização do corpo de conhecimentos essenciais, mediante adesão à proposta, desenvolvimento de um trabalho integrado e utilização de metodologias de ensino/aprendizagem apropriadas.” (DRUMMOND e RODRIGUES, 2004, p. 110).

Para Medeiros (1997) o processo de formação do Terapeuta Ocupacional acontece simultaneamente com a produção de conhecimento teórico e prático, e a soma dos dois resulta no reconhecimento futuro do mercado de trabalho, que depende da formação acadêmica para conhecer e atuar com novas clientela utilizando diferentes abordagens baseadas em evidências, assegurando à atenção às novas demandas. Para a mesma autora:

A elaboração de um programa de disciplina, ao meu ver, deveria contar com a participação ativa dos alunos para que estes, não só se comprometessem com ele, mas também que este pudesse ser o momento de retomar os interesses, motivações e questionamentos dos alunos, contribuindo assim para um aprendizado (...). (MEDEIROS, 1997, p. 89)

Ou seja, não cabe somente ao profissional buscar um mercado e transformá-lo segundo seus interesses, cabe a ele responder às necessidades sociais e se transformar na medida em que estas demandas exigem (LANCMAN, 1998, p. 54).

Rocha (2007), Toyoda (2007) *apud* Lourenço e Cid (2010, p. 177), relembram o quão importante é o fato de se trabalhar os conteúdos e práticas referentes à Educação Inclusiva/Especial durante o processo de formação inicial do Terapeuta Ocupacional. As autoras dizem ainda que:

Assim, reconhecemos que há congruência na atuação do terapeuta ocupacional quanto à proposta da educação inclusiva, principalmente com a perspectiva de atuação para promover o desenvolvimento e o aprendizado de TODOS os alunos com a participação e preocupação em contribuir para a formação dos profissionais e da comunidade escolar, com reestruturação do ambiente. (LOURENÇO e CID, 2010, p 177).

O TO é capaz de moldar sua prática para intervir da melhor forma na Educação, porém é importante que esse processo de evolução da profissão esteja presente em sua formação inicial (LOURENÇO e CID, 2010, p 177).

Com a necessidade de agregar novos conceitos e práticas, se percebeu que é através da aprendizagem de conteúdos que ocorre a formação e o desenvolvimento das competências profissionais, ou seja, por meio dos conteúdos selecionados para compor um currículo de formação que contemplem novas áreas de atuação e consequentemente o desenvolvimento da profissão (BRASIL, 2000, p. 13).

Ao atrelar os conteúdos às produções acadêmicas, se tornam ferramentas de grande importância para alcançar uma articulação com os conhecimentos advindos da prática profissional (BRASIL, 2000, p. 46), buscando realizar procedimentos que melhorem e resignifiquem a atuação da TO na Educação Inclusiva/Especial, oferecendo assim ferramentas de atualização que favorecem uma prática de qualidade e baseada em evidências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguir reconhecer as necessidades dos sujeitos, que são foco da atuação do Terapeuta Ocupacional é quesito e conteúdo que fazem parte de sua formação acadêmica. Um fato importante a se ater é que parte dessa formação se baseia nos movimentos de inclusão social, resultando em praticas profissionais baseadas no respeito à diversidade. Esse processo de formação ocorre nas Instituições de Ensino Superior (IES) que representa papel importante, pois se torna objeto transformador de sujeitos, nesse caso, futuros profissionais. A preocupação com a formação do sujeito crítico e consciente de seu processo histórico e cultural é base necessária para a formação acadêmica e, a partir dessa formação, construir um novo projeto social, no qual a compreensão do sujeito com necessidades especiais seja incorporada como reconhecimento de suas capacidades e não de suas dificuldades (ALMEIDA, 2005, p. 14).

Sendo assim, ao analisar parcialmente os currículos oferecidos pelas IES, nota-se que ainda não há uma medida padrão para a contemplação da temática de Educação na grade curricular dos cursos de formação de Terapia Ocupacional. Em contrapartida pode-se notar que o conteúdo está presente no currículo dos cursos selecionados, mas na sua maioria não existem disciplinas específicas que abordem a atuação do Terapeuta Ocupacional na Educação.

Mesmo com a presença desses conteúdos na grade curricular dos cursos, a disposição dos currículos feita pelas IES nos portais eletrônicos dificulta o acesso aos dados, podendo assim servir como barreira para a realização de novas pesquisas, entre outras ações relacionadas à consulta dessas informações.

Diante do exposto neste trabalho, identificou-se a necessidade de que sejam realizados mais estudos acerca da formação curricular dos cursos de Terapia Ocupacional, reconhecendo e incentivando a apropriação deste profissional em outras áreas de conhecimento.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. **Universidade, Educação Especial e Formação de Professores**. ANPED, 2005. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ALVES, Ana Cristina de Jesus; MATSUKURA, Thelma Simões. O uso de recursos de tecnologia assistiva por crianças com deficiência física na escola regular: a percepção dos professores. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 381-392, 2012. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/682/396>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação e-MEC**, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=136&Itemid=782. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial MEC nº 1793 de 27 de dezembro de 1994**. Tema: Portador de Deficiência. Subtema: Educação superior. Disponível em: unisc.br/portal/upload/com_arquivo/por_1793_94.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001a**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação – MEC; SEESP, 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial**. Unesp - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências/Bauru, Departamento de Educação, 2008a. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/Livro10.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. 2º reimpressão. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Série E. Legislação de Saúde, 2008b, 96 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial e Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior**, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/basica.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Ministério Público Federal: **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.). 2ª ed. revisada e atualizada. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/cartilhaatual.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.3, p. 12, 1999. Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira Integração/Segregação do Aluno Diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha (org.). **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009, 115 p. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

DRUMMOND, Adriana de França; RODRIGUES, Adriana Maria Valladão Novais. Os desafios da implantação de uma proposta de flexibilização curricular nos cursos de terapia

ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 106-11, set./dez., 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13947/15765>. Acesso em: 18 nov. 2013.

DUK, Cynthia (org). **Educar na diversidade: material de formação docente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005, 266 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

FARAGO, Cátia Cilene; FOFONCA, Eduardo. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Revista Linguagem**. 8ª edição, 2012. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao18/artigos/007.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. “Educação para todos - Saúde para todos”: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção à pessoas portadoras de deficiências. **Revista do Benjamim Constant**, 1999. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2F200.156.28.7%2FNucleus%2Fmedia%2Fcommon%2FNossos_Meios_RBC_RevOut1999_Artigo_1.doc&ei=YNVnUqm5Iona4APn-4CwDg&usg=AFQjCNHLkn7Ed5fCIY2qiNqoNy7Q5lbnTA&bvm=bv.55123115,d.dmg. Acesso em: 18 nov. 2013.

GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: **Cultura e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LduRS34UuWgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=fisioterapia+e+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva&ots=HYq8hkIvbI&sig=NAF7KgtiaImd1zcWqxPyJkHepp8#v=onepage&q=fisioterapia%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva&f=false>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no contexto da Educação Especial Brasileira. **Revista Inclusão**, nº 1. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2005, MEC/ SEESP. Disponível em: <http://forumeja.org.br/br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20%C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

GUIMARÃES, Daniela Sá Leitão; FALCÃO, Ilka Veras. Análise de atividades e formação do Terapeuta Ocupacional: um estudo com os preceptores de estágio da UFPE. **Revista de Terapia Ocupacional – Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 2, p. 63-70, maio/ago., 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13941>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LANCMAN, Selma. A influência da capacitação dos Terapeutas Ocupacionais no processo de constituição da Profissão no Brasil. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, vol. 07, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/253/205>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LOURENÇO, Gerusa Ferreira; CID, Maria Fernanda Barboza. Possibilidades de Ação do Terapeuta Ocupacional na Educação Infantil: Congruência com a Proposta da Educação Inclusiva. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, Mai/Ago 2010, v. 18, n.2, p. 169-179. Disponível em: <http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/352/283>. Acesso em: 18 nov. 2013.

MEDEIROS, Maria Heloisa da Rocha. A influência do Professor-Educador na Formação do Terapeuta Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da USFCAR**, 1998, v. 07, n. 02. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/257/209>. Acesso em: 18 nov. 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 18 nov. 2013.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Documentos e Debates: Análise de Conteúdo. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2013.

PALM, Rosibeth del Carmen Muñoz. **Catálogo Latinoamericano de Asociaciones, Carreras y Postgrados de Terapia Ocupacional**. Curitiba, Brasil. 2012. Disponível em: http://www.crefito5.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Catalogo_Asociaciones_Carreras_Postgrados-de-Terapia-Ocupacional_2011.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

PPTO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais**. Colegiado do Curso de Terapia Ocupacional. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em: http://www.empreendetcher.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. Invisibilidade e emergência da Universidade inclusiva na tessitura de uma rede de memórias. Faculdade de Educação. **Biblioteca Digital da UNICAMP**, Campinas, SP, 2010.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA Estudos Neolatinos**, 2005; 7(2):305-22. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2005000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 18 nov 2013.

ROCHA, Eucenir Fredini. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.18, n. 3, p. 122-127, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14015/15833>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____, Eucenir Fredini; LUIZ, Angélica; ZULIAN, Maria Aparecida Ramirez. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. 2003, vol.14, n.2. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13919/15737>. Acesso em: 18 nov. 2013.

SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário Sacconi da Língua Portuguesa**. Atual Editora LTDA, São Paulo, 1998.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão - Revista da Educação Especial**, Out/2005. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educar/educacao-especial/revistas/revista%20inclusao%20n%C2%BA%201.pdf#page=40>. Acesso em: 18 nov. 2013.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES, UAB, 2009, 164p. http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mansano/downloads-para-disciplina-de-metodologia-da-pesquisa-uab/downloads/UAB_Metod_Livro_Base.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

6 APÊNDICE

7.1 Quadro 2: Disciplinas que relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade de Brasília – UnB	Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE	“Estudo sobre a diversidade de processos de desenvolvimento e aprendizagem na perspectiva de intervenções pedagógicas e educacionais que considerem a singularidade da Pessoa Com Necessidade Educacional Especial.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194671
	Fundamentos de Desenvolvimento e Aprendizagem	“O adolescente, a escola, a família e a sociedade. Modelos de estudo: sociológico, psicanalítico, cognitivo- educacional.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=124966
	Línguas de Sinais Brasileira – Básico	“Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=150649
	Línguas de Sinais Brasileira – Intermediário	Sem trecho relacionado	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=150711
	Nutrição Humana em Saúde	“Cuidados nutricionais nos diferentes ciclos da vida: gestante, nutriz, pré-escolar, escolar, adolescente, adulto e idoso.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=200841
	Perspectivas do Desenvolvimento Humano	Sem trecho relacionado	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194654
	O Educando com Necessidades Educacionais Especiais	“Análise das perspectivas da Educação Especial e Inclusiva nos contextos histórico, social, político, cultural e educacional do país, tendo em vista: o conhecimento de necessidades educacionais especiais; as premissas dos programas e dos sistemas de apoio para as pessoas com necessidades especiais, e, a formação do profissional da educação e seu papel frente a diversidade.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=191639

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade de Brasília – UnB	Tecnologias na Educação Especial	“As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como fator de inclusão social. Estudo dos recursos tecnológicos de apoio ao processo ensino-aprendizagem da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194808
	Tópicos Avançados em Promoção da Saúde 1	“Estuda o conceito de Promoção da Saúde no transcorrer da história, como forma de aproximação ao conhecimento da realidade e da produção de conhecimento, discutindo aspectos históricos, políticos e as implicações com a prática para os profissionais da saúde, educação e ciências sociais (...)”	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=177318
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Terapia Ocupacional em Educação	“Função e representação social da escola. Estudo do processo ensino-aprendizagem e seus determinantes. (...) Inclusão. Atuação da Terapia Ocupacional.”	http://www.terapiaocupacional.ufes.br/sites/www.terapiaocupacional.ufes.br/files/PPPT_oAtualizado.pdf
	Terapia Ocupacional e Social	“Instituições assistenciais, educacionais e corretivas. Análise Institucional. Programas de atenção à saúde. Terapia Ocupacional nos Programas Sócioeducativos. Terapia Ocupacional nos Programas de Saúde.”	
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Nenhuma disciplina relacionada	Sem trecho relacionado	http://www.eef.ufmg.br/eefft/index.php?op=curso&curso=3&op_curso=curriculo
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Análise Institucional	“Estudo crítico do processo de constituição dos tipos e das funções das diferentes instituições sociais emergentes na sociedade industrial com enfoque nas instituições assistenciais, educacionais e corretivas.”	http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/to_disciplinas_academicas.pdf
	Atividades e Recursos Terapêuticos I	Sem trecho relacionado	

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Dinâmica Grupal	Sem trecho relacionado	http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/to_disciplinas_academicas.pdf
	Intervenções em Terapia Ocupacional: Infância e Adolescência I	“Estudo das intervenções terapêuticas ocupacionais junto a crianças e adolescentes nas diferentes ações de promoção e prevenção da saúde; a terapia ocupacional na prática da educação em saúde; nos diferentes contextos sociais tais como Unidades Básicas de Saúde, Creches, entre outros.”	
	Intervenções em Terapia Ocupacional: Infância e Adolescência II	“Ações no contexto hospitalar (UTI neonatal, enfermaria de pediatria, isolamento); nos processos de inclusão social e escolar e nos serviços de atenção ao menor infrator.”	
	Psicologia do desenvolvimento	Sem trecho relacionado.	
	Psicomotricidade	Sem trecho relacionado.	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IRFJ	Introdução a Libras	“Definição de Libras, cultura e comunidade surda. Datilologia. Acessibilidade. Educação. Trabalho. Direito das pessoas surdas.”	http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/3450
	Psicomotricidade	Sem trecho relacionado.	
	Sexualidade e Educação Sexual	“Estudo da sexualidade humana em seus aspectos bio-psico-sociais e suas manifestações em diferentes fases da vida. Informação, orientação e educação em sexualidade para crianças, adolescentes e adultos.”	
	Tecnologia Assistiva II	“Acessibilidade e Tecnologia Assistiva em saúde, educação e trabalho.”	
	Terapia Ocupacional na Escola	“A atuação do Terapeuta Ocupacional na escola. Acessibilidade e ajudas técnicas em saúde e educação.”	

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Educação Popular e educação inclusiva em TO, FISIO e FONO	“Evolução histórica da Educação Especial e Inclusiva. Considerações sobre transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais. Políticas públicas e legislação. Educação e sociedade Inclusiva. Acessibilidade. A pessoa com necessidades educacionais especiais e o mundo do trabalho. Valores em Educação. Educação inclusiva na multi/inter e transdisciplinaridade.”	http://www.medicina.ufrj.br/to/colchoes.php?id_colchao=261
	Estágio Supervisionado I (TO Educacional)	“A triagem nos serviços da Rede e na prática da Terapia Ocupacional. A observação e entrevista do paciente. TO nas áreas educacional e comunicação alternativa”	
	Tecnologia Assistiva em TO e Fono	“Acessibilidade e ajudas técnicas em saúde e educação. Tecnologia assistiva. Princípios básicos para confecção de órteses e adaptações para prevenção e tratamento nas principais disfunções. Prótese: indicações e tratamento. Adequação ambiental para pessoas com necessidades especiais.”	
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unidade Educacional de Recursos e Ativ. em T.O.VI-UE-REATO Vi	“Aprofundar aspectos de estrutura e funcionamento das instituições de saúde, educação e assistência social. (...) Construir reflexões teóricas sobre o fazer nas diversas áreas de atuação em terapia ocupacional no campo da saúde, educação e assistência social.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310484&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional Auto Aprendizagem Dirigida VI-UE-AAD VI	Sem trecho relacionado	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310492&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional de Prática Superv. em T.Ocupacional VI	“Neste contexto, os alunos acompanharão ao longo do ano e atuarão nas áreas de saúde, educação e social.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310506&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unid. Educ. Prát. Superv. T.O(UE-PSTO) Psiquiatria e Saúde Mental	“(…)Avaliar, elaborar, prescrever e realizar processos de intervenção de terapia ocupacional junto à clientela específica, contextualizando os aspectos clínicos, psíquicos, educacionais e sócio-culturais dentro da realidade apresentada.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310530&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unid. Educ. Prát. Superv. T.O. (UE-PSTO) Disfunção Fís. e Sensorial	“(…)Avaliar, elaborar, prescrever e realizar processos de intervenção de terapia ocupacional junto à clientela específica, contextualizando os aspectos clínicos, educacionais e sócio-culturais dentro da realidade institucional e/ou comunitária.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310549&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educ. e Prática Superv. em T.O. (UE-PSTO) Campo Social	“Realizar ações e atividades intersetoriais no que tange à saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e lazer; Promover a formação técnica de estudantes de graduação das áreas de saúde e ciências humanas, para a atuação no território, em espaços comunitários e em instituições escolares(…)”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310557&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unid. Educ. Prát. Superv. em T.O. (UE-PSTO) Distúrbios Cognitivos	“Possibilitar ao aluno a identificação dos principais aspectos do indivíduo com deficiência mental em seus diferentes graus, transtornos de escolaridade e dos transtornos do déficit da atenção/hiperatividade;”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310573&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educ. Referênc. Teóricas e Metod. em T.O.II-UE RTMTO II	“(…)estrutura e funcionamento das instituições de saúde, educação e equipamentos sociais. (...). Aprofundar as reflexões sobre as diversas áreas de atuação em terapia ocupacional no campo da saúde, educação e assistência social.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310646&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educac. de Recursos e Ativid. em T.O. - UE-REATO VIII	“Abordagem de questões gradativamente elencadas pertinentes à relação estagiário/instituições de saúde, educacionais e sociais nas diferentes áreas de atuação(…)”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310697&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional de Prát. Superv. em T.Ocupac. II-UE-PSTOII	“Aprimorar a compreensão do estudante em relação às políticas públicas locais e nacionais de saúde (SUS), assistência social (SUAS), educação inclusiva e acessibilidade bem como o papel da Terapia Ocupacional no bojo dessas políticas.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310760&Turma=C&Ano=2012&Semestre=2

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unid. Educ. de Referenc. Teóric. Metod. em T.Ocupac. IV-UERTMTO IV	“Aprofundar aspectos de estrutura e funcionamento das instituições de saúde, educação e assistência social(...) Construir reflexões teóricas sobre o fazer nas diversas áreas de atuação em terapia ocupacional no campo da saúde, educação e assistência social.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310867&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educ. de Prática Superv. em T.Ocupac. IV - UEPSTO IV	“Contextualizar esse conhecimento com a prática em contextos reais de saúde, educação e comunidade.(...) inserção do aluno no contexto real do trabalho de atenção básica em uma Unidade de Saúde da Família.”	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310875&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	A Constituição do Humano: Temporalidades e Teorias do Desenvolvimento	“Concepções histórico-sociais sobre o humano e suas temporalidades. Questões de saúde, educação no desenvolvimento no ciclo vital. Desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos.”	http://www.unifesp.br/prograddportal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=154&Itemid=260
	Desenvolvimento Profissional I	“O papel do terapeuta ocupacional como membro de equipes nas áreas da saúde, educação e no campo social.”	
	Desenvolvimento Profissional II	“O papel do terapeuta ocupacional como membro de equipes nas áreas da saúde, educação e no campo social.”	
	Terapia Ocupacional em Contextos Educacionais	“Desenvolvimento ocupacional da criança e do adolescente e a Educação. Conceitos de Educação Especial e Inclusiva. Fundamentos da prática de terapia ocupacional com crianças e adolescentes portadores de deficiências mental, físicas e sensoriais; transtornos de comportamento e problemas de aprendizagem em diferentes contextos educacionais.”	
	Terapia Ocupacional em Saúde e Trabalho	“Organização do Trabalho e saúde. Saúde Mental e Trabalho. Ergonomia e Escolas. Condições de trabalho.”	
	Terapia Ocupacional no Campo Social	“O campo de ação da Terapia Ocupacional no Campo Social; o território e a comunidade como espaços de intervenção e prática social; instituições de saúde, socioculturais, da educação(…)”	

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade Estadual Paulista - UNESP	Terapia Ocupacional Educacional	Não disponibiliza plano de ensino.	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/terapia-ocupacional/conselho-de-curso/
Universidade de São Paulo - USP	Atividades e Recursos Terapêuticos: Atividade Lúdica	Sem trecho relacionado.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0707&codcur=5072&codhab=0
	Constituição do Campo da Terapia Ocupacional	“Possibilitar a compreensão do processo histórico da constituição do campo da Terapia Ocupacional, de forma a permitir o conhecimento da profissão, sua inserção na atenção à saúde, educação, programas sociais e as populações atendidas.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0702&codcur=5072&codhab=0
	Estágios Supervisionados I - Deficiência Física	“Trabalho comunitário e territorial em saúde: inclusão de pessoas com deficiência em escolas, nas atividades assistenciais da unidade básica de saúde e em outros contextos sociais, comunitários e de serviços.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0308&codcur=5072&codhab=0
	Estágios Supervisionados IV - Terapia Ocupacional em Deficiência Mental e Distúrbios Globais de Desenvolvimento	“Os espaços sociais cotidianos de lazer, de trabalho, de ensino serão propostos como cenários de inclusão social e eixo das intervenções terapêuticas.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0314&codcur=5072&codhab=0
	Prática Supervisionada I - Terapia Ocupacional e a Pessoa com Deficiência Física e Sensorial	“Sensibilizar o aluno de terapia ocupacional para trabalho junto a pessoas com deficiências, com diferentes quadros de incapacidade, de diferentes idades, nos diversos espaços de atenção à saúde e à reabilitação (hospital, ambulatório, comunidade, postos de saúde) e de inclusão escolar.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0790&codcur=5072&codhab=0

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Universidade de São Paulo - USP	Prática Supervisionada IV - Terapia Ocupacional em Deficiência Mental e Distúrbios Globais de Desenvolvimento	“O aluno terá como foco os diversos espaços existenciais, tais como a família, a escola, a comunidade.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0793&codcur=5072&codhab=0
	Terapia Ocupacional na Atenção Territorial e Comunitária em Reabilitação	“Terapia ocupacional no território: estratégias de intervenção no domicílio, inclusão de crianças em escola de educação infantil e em unidade básica de saúde.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0778&codcur=5072&codhab=0
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/ USP	Análise da Atividade e Recursos Terapêuticos Lúdicos e do Lazer	Sem trecho relacionado.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3007&codcur=17200&codhab=4
	Introdução à Terapia Ocupacional	“O que é terapia ocupacional – elementos-chave para a caracterização da profissão. A terapia ocupacional como profissão da saúde, educação e outras políticas sociais”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG1009&codcur=17200&codhab=4
	Fundamentos de Terapia Ocupacional III	Sem trecho relacionado.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3025&codcur=17200&codhab=4
	Psicologia do Desenvolvimento	“A criança de 6 a 12 anos: desenvolvimento cognitivo; a criança e a escola; relações interpessoais, cognição social e desenvolvimento moral; desenvolvimento da personalidade; principais transtornos do desenvolvimento; questões relativas à promoção do desenvolvimento saudável na meninice”.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2010&codcur=17200&codhab=4

Instituição	Disciplina	Referencia no Plano de Ensino	Endereço Eletrônico
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/ USP	Psicologia Geral	Sem trecho relacionado.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG1010&codcur=17200&codhab=4
	Psicologia Social e do Trabalho	“Espera-se que os alunos, ao final do Programa, possam estar capacitados para generalizar, a partir do material estudado, as questões e problemas de Saúde decorrentes das perdas relacionadas com o exercício profissional dentro das organizações industriais, serviços e instituições educacionais e de saúde (...)”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2009&codcur=17200&codhab=4
	Psicomotricidade Aplicada à Terapia Ocupacional	Sem trecho relacionado.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2023&codcur=17200&codhab=4
	Terapia Ocupacional nas Deficiências Sensoriais e Múltiplas	“Introduzir o conhecimento teórico-prático dos aspectos gerais (clínicos, educacionais, sociais e ocupacionais) que envolvem indivíduos com deficiência visual, auditiva, surdo-cegueira e múltiplas deficiências.”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3030&codcur=17200&codhab=4
	Terapia Ocupacional, Sociedade e Instituições	“Estudar os conceitos de sociedade e instituições: instituições clássicas (Família, Escola, Estado, Igreja) e as instituições de saúde, educacionais, sociais e corretivas;”	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2007&codcur=17200&codhab=4

7.2 Quadro 3: Disciplinas que possuem referencias bibliográficas que se relacionam a atuação Terapeuta Ocupacional na Educação

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade de Brasília – UnB	Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE	BASSEDAS, Eulália & Cols. Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico. trad. Beatriz Affonso Neves. - 3a.ed. - Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Caps 02 - Unidade 2	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194671
	Fundamentos de Desenvolvimento e Aprendizagem	FREITAG, B. São Paulo. Sociedade e Consciência. Um Estudo Piagetiano na Favela e na Escola. Cortez 1986 KRAMER, S. Rio de Janeiro. A Política do Pré-Escolar no Brasil. A Arte do Disfarce. Achiamé 1984.	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=124966
	Línguas de Sinais Brasileira – Básico	QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997. LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina B. F. de (Org.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=150649
	Línguas de Sinais Brasileira – Intermediário	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 2005	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=150711
	Nutrição Humana em Saúde	Sem bibliografia relacionada	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=200841
	Perspectivas do Desenvolvimento Humano	COLL, C., PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. COUTINHO, M. T. C.; MOREIRA, M. Psicologia da Educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos voltados para a Educação. Belo Horizonte: Editora Lê, 1992.	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194654

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade de Brasília – UnB	O Educando com Necessidades Educacionais Especiais	<p>ALENCAR, Eunice M. L. SORIANO Brasília 1a. Edição. Tendências e Desafios da Educação Especial Ed. Mec. Seesp 1994.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação. Brasília 1a. Edição especial educação especial no Brasil: serie ed. Mec/seesp 1994.</p> <p>COLI, Cezar M. et. al. Porto Alegre. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Nac. Ed. Art. Medica 1995.</p> <p>FONSECA, Vitor. Porto Alegre 1a. Edição. Educação Especial Ed. Art. Medica 1987.</p> <p>MAZZOTA, J. M. Silveira São Paulo. Fundamentos Da Educação Especial Ed. Pioneira 1982.</p> <p>VAYER, Pierre et. al. São Paulo 1a. Edição. Integração da Criança Deficiente na Classe Ed. Manole 1939.</p>	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=191639
	Tecnologias na Educação Especial	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=194808
	Tópicos Avançados em Promoção da Saúde 1	Sem referencias relacionadas.	https://wwwsec.serverweb.unb.br/matriculaweb/graduacao/disciplina.aspx?cod=177318
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Terapia Ocupacional em Educação	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	http://www.terapiaocupacional.ufes.br/sites/www.terapiaocupacional.ufes.br/files/PPPToAtualizado.pdf
	Terapia Ocupacional e Social	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Nenhuma disciplina relacionada	Sem referencias relacionadas.	http://www.eef.ufmg.br/eefft/index.php?op=curso&curso=3&op_curso=curriculo

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Análise Institucional	Sem referencias relacionadas.	http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/to_disciplinas_academicas.pdf
	Atividades e Recursos Terapêuticos I	KISHIMOTO, T. M. (Org.) et al. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 183 p	
	Dinâmica Grupal	BLEGER, J. Grupos Operativos no ensino. In: Temas de Psicologia: entrevistas e grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1987. YOKO, R. Y. K. 100 Jogos para grupos. Uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. 2.ed. São Paulo: Ágora, 1996	
	Intervenções em Terapia Ocupacional: Infância e Adolescência I	ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Drogas nas escolas: versão resumida. Brasília: UNESCO/Rede Pitagóras, 2005. 143 p. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p. (Coleção Leitura).	
	Intervenções em Terapia Ocupacional: Infância e Adolescência II	Sem referencias relacionadas.	
	Psicologia do desenvolvimento	COLL, C. ; PALACIOS, J; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v.	
	Psicomotricidade	LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 356 p.	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Introdução a Libras	SÁ, N. R. L. Educação de surdos: a caminho do bilinguismo. EDUFF. 2006	http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/3450

– IRFJ			
Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IRFJ	Psicomotricidade	CAMPOS, D. Psicomotricidade – Integração Pais, Criança e Escola. 2ª Ed. Fortaleza: Livro Técnico, 2007	http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/3450
	Sexualidade e Educação Sexual	FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Ed. Paz e Terra, 1996 SP.	
	Tecnologia Assistiva II	Sem referencias relacionadas.	
	Terapia Ocupacional na Escola	DE CARLO, M. M. R.P. Se essa casa fosse nossa: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999. PELOSI, M. B. Comunicação Alternativa: favorecendo o desenvolvimento da comunicação alternativa em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 216 p. MANTOAN, M. T. E. Desafio das diferenças nas escolas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. REILY, L. Escola Inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papyrus, 2004. MARQUEZINE; M.C.; ALMEIDA, M.A.; TANAKA, E. D. O. (orgs.). Perspectivas multidisciplinares em Educação Especial II. Londrina: EDUEL, 2001.	
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Educação Popular e educação inclusiva em TO, FISIO e FONO	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	http://www.medicina.ufrj.br/to/colchoes.php?id_colchao=261
	Estágio Supervisionado I (TO Educacional)	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	
	Tecnologia Assistiva em TO e Fono	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unidade Educacional de Recursos e Ativ. em T.O.VI-UE-REATO VI	PALHARES, M.S. ; MARINS, S. (Org.) Escola inclusiva. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2002.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310484&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional Auto Aprendizagem Dirigida VI-UE-AAD VI	DE CARLO, Marysia Mara Rodrigues do Prado de. Se essa casa fosse nossa... -: instituições e processos de imaginação na educação especial. 1ª ed. São Paulo: Plexus, 1999. 154 p. SAMPAIO, M. W., et al. Baixa visão e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2010, p.151-160.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310492&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional de Prática Superv. em T.Ocupacional VI	MARTURANO, E. M.; LINHARES, M. B. M.; LOUREIRO, S. R. Vulnerabilidade e Proteção: indicadores na trajetória de desenvolvimento do escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo; FAPESP, 2004. MATSUKURA, T.S. Saúde Mental Infantil. (p.125-139) In PALHARES, M.S. e MARINS, S. Escola Inclusiva, São Carlos, EdUFSCAR, 2002, 286P.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310506&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unid. Educ. Prát. Superv. T.O(UE-PSTO) Psiquiatria e Saúde Mental	Sem referencias relacionadas.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310530&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unid. Educ. Prát. Superv. T.O.(UE-PSTO) Disfunção Fís. e Sensorial	Sem referencias relacionadas.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310549&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educ. de Prática Superv. em T.O.(UE-PSTO) Campo Social	ABRAMOVAY M. et al. "Violência nas escolas". Brasília : UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, COSED, UNDEME, 2002. DUBET, F. "A escola e a exclusão". Cadernos de Pesquisa, 2003, n. 119, p.29-45.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310557&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unid. Educ. Prát. Superv. em T.O. (UE-PSTO) Distúrbios Cognitivos	<p>ALVES, H, C; TEBET, G, C. A formação de professores do paradigma da inclusão: a educação infantil e a educação especial em pauta. Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. v. 17, n.1, p 7-23. jan-jun. 2009</p> <p>AMIRALIAN, JURDI. A inclusão escolar de alunos com Deficiência Mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no contexto escolar. Estudos de Psicologia Campinas, v. 23 (2, 191-202, 2006.</p> <p>BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Saberes e práticas da inclusão. avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Brasília, 2005.</p> <p>DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre princípios, política e prática em educação especial.(1994).In: Educação On-Line. File:///A/SALAMANC. HTM, 23/09/1997. p. 1-23.</p> <p>DELLA BARBA, P.C.S. ET AL. De que inclusão estamos falando? A percepção de educadores sobre o processo de inclusão escolar em seu local de trabalho, 2005.</p> <p>FERREIRA, J.R., GLAT, R. Panorama da Educação Inclusiva no Brasil: estudo diagnóstico e desafios. Projeto integrado UERJ/UNIMEP/Banco Mundial (2003)</p> <p>FERREIRA, M. S. Interação professor-aluno em situação de sala de aula com crianças deficientes mentais. São Carlos, UFSCar, 1986. 210 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos.</p> <p>MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil. Histórias e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.</p> <p>PALHARES, Marina & MARINS, Simone (orgs.) Escola Inclusiva. São Carlos: EDUSFCAR, 2002.</p>	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310573&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	Unidade Educ. Referênc. Teóricas e Metod. em T.O.II-UE RTMTO II	Sem referencias relacionadas	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310646&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educac. de Recursos e Ativid. em T.O. - UE-REATO VIII	Sem referencias relacionadas	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310697&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educacional de Prát. Superv. em T.Ocupac. II-UE-PSTOII	SPOSITO, M. P.(coord.) Espaços públicos e tempos juvenis. São Paulo: FAPESP/Ações educativas, 2008. Revistas indicadas: Interface, Comunicação Saúde, Educação; Trabalho, Educação e Saúde.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310760&Turma=C&Ano=2012&Semestre=2
	Unid. Educ. de Referenc. Teóric. Metod. em T.Ocupac. IV-UERTMTO IV	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310867&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
	Unidade Educ. de Prática Superv. em T.Ocupac. IV - UE-PSTO IV	Sem referencias relacionadas	https://nexus.ufscar.br/nexus/PlanosConsultaL.jsp?Disciplina=310875&Turma=A&Ano=2012&Semestre=2
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	A Constituição do Humano: Temporalidades e Teorias do Desenvolvimento	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	http://www.unifesp.br/prograddportal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=154&Itemid=260
	Desenvolvimento Profissional I	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	
	Desenvolvimento Profissional II	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Terapia Ocupacional em Contextos Educacionais	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	http://www.unifesp.br/progradd/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=154&Itemid=260
	Terapia Ocupacional em Saúde e Trabalho	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	
	Terapia Ocupacional no Campo Social	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	
Universidade Estadual Paulista - UNESP	Terapia Ocupacional Educacional	Não disponibiliza referencias bibliográficas.	http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/terapia-ocupacional/conselho-de-curso/
Universidade de São Paulo - USP	Atividades e Recursos Terapêuticos: Atividade Lúdica	BENJAMIN, W. Reflexões: A criança, o Brinquedo, a Educação. SP, Ed. Summun. 1984. KISHIMOTO, T.M. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. SP., Ed. Cortez, 1996.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0707&codcur=5072&codhab=0
	Constituição do Campo da Terapia Ocupacional	Sem referencias relacionadas	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0702&codcur=5072&codhab=0
	Prática Supervisionada I - Terapia Ocupacional e a Pessoa com Deficiência Física e Sensorial	BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Escola para todos: como você deve comportar-se diante de um educando portador de deficiência. 3.ed. Brasília, 1997c. ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M.C. A inclusão da criança deficiente na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional nessa atividade. Revista de Terapia Ocupacional da Usp v.12, n.1, p.8 - 14, 2001.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0790&codcur=5072&codhab=0

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Universidade de São Paulo - USP	Prática Supervisionada IV - Terapia Ocupacional em Deficiência Mental e Distúrbios Globais de Desenvolvimento	Marques, L.P. O Professor de alunos com deficiência mental. Ed UFJF, 2001	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0793&codcur=5072&codhab=0
	Terapia Ocupacional em Deficiência Intelectual e Distúrbios Globais do Desenvolvimento	Simon, J. A integração escolar das crianças deficientes. Ed. ASA. Portugal. 1991 Marques, L.P. O Professor de alunos com deficiência mental. Ed UFJF, 2001	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0786&codcur=5072&codhab=0
	Terapia Ocupacional na Atenção Territorial e Comunitária em Reabilitação	ROCHA, E.F.; CASTIGLIONI, M.C.; VIEIRA, R. C. A inclusão das crianças com deficiência na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v.12, n. 1/3, p.8-14, jan/dez. 2001.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=MFT0778&codcur=5072&codhab=0
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/ USP	Análise da Atividade e Recursos Terapêuticos Lúdicos e do Lazer	KISHIMOTO, T.M. A importância do jogo para a educação infantil. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar. v.3, n. 2, p. 121 - 140, 1992. SANTOS, S.M.P. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores em creche. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 120 p.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3007&codcur=17200&codhab=4
	Introdução à Terapia Ocupacional	Sem referencias relacionadas	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG1009&codcur=17200&codhab=4
	Fundamentos de Terapia Ocupacional III	CARLO, M.M.R.P. Se essa casa fosse nossa... Instituições e processos da imaginação na educação especial, Plexus ed., SP , 1999.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3025&codcur=17200&codhab=4

Instituição	Disciplina	Referencias Bibliográficas Relacionadas	Endereço Eletrônico
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – FMRP/ USP	Psicologia do Desenvolvimento	COLL, C., MARCHESI, A. & PALACIOS, J. (Org.) (2004). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação Escolar. (Trad. Fátima Murad) Porto Alegre: Artmed, 2ª Ed.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2010&codcur=17200&codhab=4
	Psicologia Geral	Olson, D.R. e col. (2000). Educação e Desenvolvimento Humano - novos modelos de aprendizagem, ensino e escolarização, (Trad. Dayse Batistia e Daniel Bueno). Porto Alegre, Artes Médicas.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG1010&codcur=17200&codhab=4
	Psicologia Social e do Trabalho	Sem referencias relacionadas	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2009&codcur=17200&codhab=4
	Psicomotricidade Aplicada à Terapia Ocupacional	FERREIRA, C. A. M. Psicomotricidade: da educação infantil à gerontologia. São Paulo: Lovise, 2000. BOULCH, J. A educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2023&codcur=17200&codhab=4
	Terapia Ocupacional nas Deficiências Sensoriais e Múltiplas	BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2006. MENDES, Enicéia Gonçalves . A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. de Educ, Campinas, v. 11, n. -, p. 387-405, 2006. BRUNO, M. M. G. O Desenvolvimento Integral do Portador de Deficiência Visual intervenção precoce à integração escolar - São Paulo: Editora LARAMARA, 1999.	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG3030&codcur=17200&codhab=4
	Terapia Ocupacional, Sociedade e Instituições	Sem bibliografia relacionada	https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=RCG2007&codcur=17200&codhab=4

